

Desempenho imposterável

O segundo semestre do ano está sendo iniciado nesta data. Dentro de mais um mês o Congresso Nacional estará entrando em recesso, nos termos dos dispositivos legais que disciplinam o funcionamento do Poder Legislativo. A realização das eleições municipais, a terem lugar no próximo mês de outubro ir, seguramente, esvaziar a Câmara e o Senado, considerando os interesses políticos que serão postos em jogo, nas bases partidárias de deputados e senadores.

As perspectivas de funcionamento regular de ambas as Casas são de baixo rendimento com vistas à obtenção de quórum qualificado para votar matérias de natureza polêmica, atualmente congestionando, não apenas os trabalhos das comissões técnicas, mas, por igual, na pauta da ordem do dia para votação final. O mês de junho, por isso mesmo, deve ser aproveitado em graus máximos com vistas à apreciação de mensagens presidenciais de extrema urgência nas respectivas apreciações, além das proposições de iniciativa dos próprios congressistas. Para citar, tão só, os projetos em andamento que reclamam decisão imediata, versando sobre a lei da propriedade industrial, da desregulamentação dos portos e das concessões dos serviços públicos. A dinâmica de funcionamento de expressivos segmentos da economia do País está na dependência direta da decisão do Legislativo sobre temas tão relevantes. Também com prazos fatais está sendo examinada a lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993, bem como o orçamento plurianual, com abrangência de três anos na pauta dos investimentos prioritários da Nação.

Somente após o descongestionamento dessa agenda de emergência, o Congresso Nacional estará em condições para discutir e decidir sobre a reforma fiscal de cuja vigência, são esperadas profundas alterações nas finanças públicas, com espaços e opções decisivas para a retomada do desenvolvimento econômico e social. O rendimento dos trabalhos legis-

lativos, dessa forma, deverá ser otimizado, aproveitando os legisladores, de forma crítica, das disponibilidades escassas de tempo útil para cumprir compromissos inadiáveis, em resguardo aos interesses maiores da Nação. Um juízo de valor sobre o desempenho do Poder Legislativo não resulta em um balanço favorável sobre os levantamentos a respeito daquilo que é emergente e das respostas dos trabalhos parlamentares. Operacionalmente bloqueados pelas questões de superfície. Câmara e Senado deixam muito a desejar quanto aos resultados práticos alcançados. As reações instantâneas para as questões de ressonância na opinião pública ganham uma linha de definição imediata. Estão neste caso as Comissões Parlamentares de Inquérito, nas quais a contribuição para o encaminhamento de problemas cruciais para o País está limitada em seu alcance e profundidade. As angústias nacionais não podem sofrer adiamentos nos provimentos básicos e nos respectivos encaminhamentos das soluções reclamadas.

As reformulações legais que propiciarão os instrumentos indispensáveis para a superação de crônicas deficiências no Poder do Estado para agir e reagir com eficiência diante dos desafios de modernização dos meios e dos fins a serem mobilizados, reclamam uma definição imediata. Essa tarefa deve ser assumida por deputados e senadores e não comporta procrastinações.

O mês de junho, por isso mesmo, oferece ao Legislativo os horizontes indispensáveis para um ajuste apropriado nos deveres e obrigações que constitucionalmente são de sua exclusiva competência. Como um dos Poderes da República, exercitando sua competência de maneira independente e harmoniosa, a certeza que aflora é a de que o necessário e o indispensável serão feitos numa contribuição responsável que não pode transitar entre a indiferença e a omissão, mas, sim, dentro de uma ação responsável do que deve e do que precisa ser feito.